

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15434 - Resumo Expandido - Trabalho - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

**SIMBIOSE ESCOLA/IGREJA NO EX-TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ:  
DIRETRIZES EDUCACIONAIS/CRUZADA MORALIZADORA DOS COSTUMES**

Idelson Maciel Ferreira - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Kátia de Nazaré Santos Fonsêca - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Norma Iracema de Barros Ferreira - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

**SIMBIOSE ESCOLA/IGREJA NO EX-TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ:  
DIRETRIZES EDUCACIONAIS/CRUZADA MORALIZADORA DOS COSTUMES**

O artigo discute o tema Investimentos do Pontifício Instituto Missionário ao Exterior (PIME), em aliança com o Estado, no campo educacional do ex-Território Federal do Amapá (TFA), tendo como objetivo do estudo compreender os condicionantes que garantiram com que o “sistema” escolar correspondesse à reprodução dos ideais de progresso e civilidade na Amazônia amapaense. Na metodologia, articulou-se o Materialismo Histórico-Dialético (MHD) a debates da História Cultural, recorrendo-se a fontes eclesiais e documentais do TFA, para compreender a dinâmica da cooperação Igreja/Estado na seara educativa, com o propósito de incutir preceitos da racionalização do emprego da mão-de-obra dos moradores, para o desenvolvimento local e da Nação. Os resultados apontam que a atuação escolar dita modernizadora, contraditoriamente vinculava-se aos ditames do conservadorismo da Igreja Católica, podendo-se concluir que o investimento de missionários e agentes do Governo visava combater o extrativismo e fortalecer o sedentarismo - ações que causaram impacto na laicidade da educação, tendo como mote assegurar a prevalência do disciplinamento do trabalho e das classes trabalhadoras, sob a égide da cruzada missionária e moralizadora dos costumes.

**Palavras-chave:** Amazônia, Território Federal do Amapá, Diretrizes educacionais, Igreja Católica.

Na contextualização do tema discutem-se ações empreendidas pelos missionários do Pontifício Instituto Missionário ao Exterior no campo da educação amapaense (1948-1956), evidenciando alianças edificadas com Janary Gentil Nunes, primeiro Governador do então Território Federal do Amapá, cujo contexto político de criação vincula-se ao programa desenvolvimentista arquitetado pelo Estado brasileiro para a região, e encontra consonância nas diretrizes catequéticas dos missionários italianos do PIME. Para Gheddo (1998) trata-se de religiosos reforçavam a presença clerical nas freguesias da foz do rio Amazonas e desfrutavam de campo fértil na cooperação com o Governo Territorial, em ações de combate ao suposto atraso das localidades, em termos de desenvolvimento econômico, educacional, cultural e social.

Enfatiza-se o controle social da população amazônica, orbitando suas práticas culturais e modos de organização, perpassou ao longo dos tempos por modelos que impuseram, na reprodução das relações, o adestramento da força de trabalho do nativo em vista do exercício do trabalho “produtivo”. É uma questão-objeto de preocupação de forças hegemônicas para exploração das potencialidades da Amazônia, seja na Colônia, no Império ou na República brasileira.

Da Matta (1992) ressalta que o processo catequético formatado no campo brasileiro, com

seus múltiplos desdobramentos na Amazônia, recebeu críticas ao longo dos tempos, dentre as quais as advindas de alas da Igreja Católica, considerando que a ação missionária portuguesa fora inconclusa. Santos (1992) ratifica que tal processo evangelizador não alcançou plenitude, no sentido de garantir práticas efetivas do Cristianismo “oficial”, pois o dinamismo evangelizador instalado na Colônia esteve estritamente marcado pela inconsistência de um projeto alinhado aos ditames da elite Católica. Considera-se o dinamismo missionário pretérito como ação incompetente nos trópicos, que refletia a cúpula da Igreja Católica, perante a vigilância da preservação dos costumes e reforço à garantia da moralidade das famílias dos brasileiros.

O *renovo* no processo missionário dirigido ao Amapá foi objeto de debate de Reis e Carvalho (2016), em cujo estudo à narrativa do PIME de ineditismo quanto ao fomento religioso e educativo operado em solo amapaense, nada mais era do que atroz propaganda. Que pese, os missionários apreciavam reproduzir que “tudo estava por fazer” destacando os “desconformes” da doutrina religiosa perpetrada por populares. Tal julgamento decorre do fato de os caboclos amapaenses mesclarem em seu cotidiano vivências de cultos de matriz afro-ameríndia.

No horizonte político a classe hegemônica desenvolvera preceito pejorativo para com as sociedades da Amazônia, sendo-lhe atribuído um estado de miséria e degradação. Assim, a política desenvolvimentista de Getúlio Vargas para o Amapá, materializada por Janary Nunes, reproduzia a maquinaria estatal difundida na idealização de *soerguimento*/ restauração do lugar e de seu povo - ideário que presumia atender combinadamente anseios da Igreja Católica e do Estado, e assim, ambas as instituições encontravam unicidade em suas ações de fomento na seara educativa amapaense. Sob esse viés, o objetivo do estudo recaiu em compreender os condicionantes que garantiram com que o “sistema” escolar correspondesse à reprodução dos ideais de progresso e civilidade na Amazônia amapaense.

Tendo em vista que o estudo visa compreender o modelo de educação implementado no TFA, optou-se por fazer investigação de caráter qualitativo, com aplicação do Materialismo Histórico-Dialético (PAULO NETTO, 2015) com uso de fontes documentais (MINAYO, 2009). Neste sentido, os documentos da Igreja e do governo territorial carregam dados do entrelace da agenda combinada Igreja/Estado, no âmbito da educação civilizadora. Tal opção metodológica visou desvelar o programa desenvolvimentista idealizado pela elite política e pelo Catolicismo, corporificada pela da rede escolar pública com afimco de transmutar “caboclos indolentes” em trabalhadores disciplinados, como sociedade rudimentar - denominação difamatória consignada em dezenas de matérias dos periódicos *Amapá*, *A Voz Católica* e o *Livro do Tombo*, da Prelazia de Macapá.

No quadro geral, a declaração da elite de propalar que o amapaense era um sujeito “bárbaro”, de modo antagônico, publicizava as “glórias” do sucesso da empreitada civilizadora emplacada com a federalização do espaço territorial amapaense, anteriormente vinculado ao Estado do Pará. Neste aspecto, o *corpus* documental comporta fatos e acontecimentos do

cotidiano político e social das comunidades, narrando a sanha autoritária arquitetada por Vargas, em nome da preservação e fortalecimento da presença do Estado Nacional em áreas de fronteiras, conforme experiência estabelecida na esteira de criação do TFA.

As fontes consultadas apontam as inquietações do governo territorial e da representação do PIME em manobras cooperadas, e tem como cerne a “aventura” desenvolvimentista, prescrevendo a adesão totalizante do tecido social amapaense, para o programa conceber resultados favoráveis. Em vista ao fomento de projeto econômico dessa envergadura, revestido de caráter modernizador e desenvolvimentista, o cotidiano das famílias fora constantemente capturado. Questões incluindo o dinamismo da escolarização de feição cívico-militar à promoção de eventos de massa com exibição de desfiles pomposos, comemoração festiva e obrigatória no âmbito da valorização do culto à memória dos heróis da Pátria, apontam mobilização de recursos e agentes em envolvimento com a causa do *soerguimento* do lugar.

No decurso do corte temporal da pesquisa de pesquisa (1948-1956), vê-se o antagonismo educação escolar em relação a ribeiridade. Isto porque a ação da Igreja na foz do Amazonas espreitava a depuração da vivência da fé, em contraposição ao catolicismo praticado pelos moradores. Contestação que esclarece o fato de o Amapá ter-se tornado zona pastoral com número elevado de missionários europeus atuando nas comunidades naquele período.

Esse dinamismo religioso emplacado pelo PIME, marcadamente alinhado ao regramento da cúpula do Catolicismo, caminhava quase *pari passu* à federalização do Amapá. Para os agentes do Estado era vital que os entraves ao ingresso do Território no mais dinâmico circuito do capitalismo (trans)nacional fossem definitivamente removidos. Na perspectiva dos grupos hegemônicos, o caboclo amapaense era desprovido de ímpeto para a acumulação de riquezas.

Na dimensão da reorganização do mundo do trabalho no *locus* amapaense, esperava-se que a Escola favorecesse à população local a substituir sua matriz de produção guiada à subsistência e transformá-la em laboriosa classe operária. Garcia (1982, p. 59) ressalta que em âmbito nacional, a conjuntura imperante durante o Estado Novo “configurou-se como representativa dos interesses do capital relativo às oligarquias ligadas ao setor agrícola e à incipiente burguesia industrial”. Em âmbito mais focalizado, as metas estadonovistas para a Amazônia visavam à passagem do Brasil de um modelo agrícola para agroindustrial.

Dentre as diretrizes educacionais do governo territorial, constava a proposta de “estabelecer escolas rurais” de 1ª e 2ª séries do então Primário (com apenas um docente) em localidades em que se achassem, no mínimo, 10 crianças. Planejava-se formar escolas rurais de 1ª, 2ª e 3ª séries do então ensino primário em vilarejos, com no mínimo 30 alunos (Nunes, 1946).

Pode-se dizer que a política educacional visava integrar o amapaense a uma cadeia de produção abrangente que incluía a circulação de bens. Por fim, superar a dinâmica de produção essencialmente voltado à subsistência, algo que, conforme o discurso

governamental, era uma característica de sociedades “atrasadas” e avessas ao trabalho. O chefe da missão do PIME no Amapá, Padre Aristides Pirovano, chegou a dizer que o “caboclo amapaense” se singularizava por seu “excessivo fatalismo, sem esforço mínimo para melhorar suas condições de vida [além da] propensão de gastar o pouco dinheiro obtido com a venda do látex em solenes bebedeiras de água-ardente” (Colombo, 2008, p. 106). Esse modo de vida, na avaliação dos representantes da Igreja, não assegurava um futuro promissor.

Janary Nunes estava convicto que sua empreitada desenvolvimentista apresentava limitações, sendo o maior obstáculo o impasse à vinda de recursos da União. Diante disso, o Governador afirmou não esperar conseguir avanços em curto período e, ciente das dificuldades existentes, buscou a cooperação do clero local. Foi combinando agentes, estratégias e instrumentos para alcançar seus objetivos que o aparelho religioso foi demandado a tomar assento no palco da política e cooperar na expansão da rede escolar, num quadro educacional caracterizado como sendo de completo abandono.

No relatório do governador territorial, o conjunto de estabelecimentos de ensino apontava uma rede insuficiente para atender a uma população de 25 mil habitantes, com apenas 7 escolas existentes, “aliás, péssimas, instaladas em casas e barracas em ruínas”, em que se “ensinavam até o 3º ano primário” (Nunes, 1946, p. 6). Diga-se de passagem, quantitativo insuficiente se considerarmos aquilo que Janary esperava que a rede escolar realizasse diante de um quadro de 44% dos educandos procedentes de famílias de trabalhadores que lavraram a terra e de lares que imperava um aprendizado organizado pela tradição oral e pela observação participante. De fato, pode-se dizer que havia um descolamento nítido da realidade envolvendo planejamento e condições materiais de subsistência da sociedade amapaense.

O Departamento de Educação do TFA alegava que a frequência escolar dos educandos era mormente descontínua e frágil. Nas vilas interioranas, a chegada do período de cheias ou de seca dos rios, provocava a inacessibilidade dos agentes do Estado e dos estudantes aos estabelecimentos de ensino. O deslocamento sazonal das famílias para a prática extrativista, para a manutenção de roçados e para realização de pesca ou caça prejudicava bastante a frequência escolar. Na avaliação do Departamento, o segundo semestre era o mais desanimador: “o motivo essencial é o fim do verão, que marca época para a exploração de certos produtos”, indo pai e filhos ao trabalho de coleta de látex e outros gêneros florestais (Nunes, 1946, p. 50).

Quanto aos missionários, a indisponibilidade de finanças para a construção de templos, fomento de obras sociais e meios de transporte levou o Superior da *missione* a buscar apoio junto aos governos local e central, expondo a abertura de diversas vias de colaboração com o governador. Dentre outros aspectos, no seio dessa aliança, assentava-se o investimento de religiosos e governo na ação moralizadora e civilizatória disseminada no espaço escolar.

Importante pôr em destaque que os desentendimentos entre o clero local e o governador não estorvaram as ajudas mútuas acordadas para o campo das políticas educacionais. Sendo um

exemplo que em 1949 o governo territorial havia alocado substancial no valor de Cr\$ 1.200.000,00 para as ações combinadas entre Estado e Igreja. Ao fim, são números que revelam que a tal colaboração foi muito além do campo do discurso e que alcançaram efetivação no campo da educação escolar aplicada no Território Federal do Amapá.

Os resultados indicam que a *missione* Amapá causou impacto significativo no ensino do TFA, podendo-se inferir que sob a constante vigilância do ambiente escolar, nas atividades de catecismo ministradas nas unidades de ensino, os missionários transmitiam valores da família patriarcal e cristianizada. Por conseguinte, nesse modelo de ação, a escola era transformada em espaço de pregação e de culto, com a colaboração direta dos agentes do Estado, além do envolvimento ativo do professorado, estudantes e seus respectivos familiares.

Conclui-se que ficou evidente a emergência um plano combinado, no qual o espaço educativo engendrou o *renovo* missionário piamente disponibilizado pelo Estado, para fins de moralização dos costumes, tendo sempre como norte o adestramento da classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

COLOMBO, Mauro. **Aristides Pirovano**: o Bispo dos dois mundos. Porto Alegre: Centro de Espiritualidade e Cultura Calabriana, 2008.

GARCIA, Nelson J. **O Estado Novo**: ideologia e propaganda política. São Paulo: Loyola, 1982.

DA MATA, Possidônio. A Igreja Católica na Amazônia da atualidade. *In*: HOONAERT, Eduardo (coord.). **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 341-356.

GHEDDO, Pierro. **Missione Amazzonia**: i 50 anni del Pime nel Nord Brasile (1948-1998). Bologna: Missionaria Italiana, 1998.

MINAYO, Maria Cecília S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

NUNES, J. Gentil. **Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

PAULO NETTO, José. O manifesto comunista: limites e grandeza teórico-política. *In*: PAULO NETTO, J. (org.). **Curso livre Marx-Engels**: a criação destruidora. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2015. p. 55-72.

PRELAZIA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ. **Livro do Tombo**, v. I. Org. Padre Angelo Bubani (PIME). Macapá, 1979.

REIS, Marcos V. de F.; CARVALHO, João P. de. A Igreja Católica na Amazônia: diversidade religiosa e intolerância. **Revista Observatório da Religião**, v. 3, n. 1, 2016.

SANTOS, João. A romanização da Igreja Católica na Amazônia. *In*: HOONAERT, Eduardo (coord.). **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 296-320.